

Pesquisa do ISC/UFBA investiga cobertura vacinal em crianças de Salvador e outras capitais

Autor: Egberto Siqueira

Categories : [Pesquisa](#), [Saúde](#)

Data: 04/10/2020

Segundo dados do Programa Nacional de Imunizações (PNI), nenhuma das nove vacinas obrigatórias para crianças de até um ano de idade conseguiu atingir a meta de vacinação no Brasil em 2019. Uma pesquisa encomendada e financiada pelo Ministério da Saúde pode ajudar a entender as razões para a queda da cobertura vacinal nos últimos anos. O estudo é coordenado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) em Salvador e mais três capitais: São Paulo, Goiânia e Manaus.

A pesquisa “Estudos de Cobertura Vacinal de Crianças nascidas em 2017 nas Capitais Brasileiras” avalia a cobertura de todas as vacinas infantis que integram o Calendário Nacional de Vacinação. Em Salvador, a meta é coletar dados de 2 mil crianças em um prazo de 60 dias. Até o momento, cerca de 200 famílias já participaram do estudo.

“A irregularidade da cobertura vacinal tem evidenciado o ressurgimento de algumas doenças imunopreveníveis em nosso país, a exemplo do sarampo, além de aumentar o risco para outras doenças como a poliomielite (paralisia infantil), rubéola e difteria”, alerta a professora Glória Teixeira, que coordena o estudo pelo ISC.

A pesquisa domiciliar abrange diversos bairros da capital baiana e é realizada por uma empresa especializada sob supervisão do Instituto. Durante as entrevistas, os pais/responsáveis respondem a um questionário sobre as vacinas já aplicadas na criança e o motivo para a ausência daquelas ainda não realizadas. Os entrevistadores também fotografam o Cartão de Vacinação para registrar os dados apurados.

O estudo foi iniciado em março deste ano, antes da pandemia de Covid-19, e retomado na semana passada, com a adoção de medidas de proteção para os profissionais e pessoas entrevistadas. Durante as visitas nas residências, todos os entrevistadores fazem uso de máscaras, protetor facial e seguem o protocolo sanitário de higienização.

Dados preocupantes

Em 2019, 85,1% das crianças brasileiras receberam a dose da BCG, vacina que protege os recém-nascidos contra a tuberculose. Foi a primeira vez, em 25 anos, que a adesão à vacina ficou abaixo da meta de 90% no Brasil. Os dados coletados são do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde.

“A queda da cobertura vacinal pode estar relacionada a diversos fatores, como dificuldade de acesso às salas de vacinação, impossibilidade dos pais ou cuidadores em buscar os serviços de saúde nos dias úteis, ou até mesmo a recusa dos responsáveis pela criança em vaciná-las”, observa a professora Glória Teixeira.

O levantamento aponta ainda que 75,7% das crianças baianas receberam a vacina no ano passado, também abaixo da meta de 90%. Em dez anos, a queda da cobertura da BCG foi de 29% na Bahia (2009-2019). Em Salvador, apenas 69,1% das crianças receberam a dose em 2019. Nos últimos dez anos, a queda na cobertura da BCG no município chega a 40% (2009-2019).

As metas também não foram alcançadas em nenhuma das demais vacinas do calendário básico (Rotavírus, Meningocócica C, Pentavalente, Pneumocócica, Poliomielite, Febre Amarela, Tríplice Viral e Hepatite A). Na Bahia e

em Salvador, a adesão mais baixa foi registrada em relação à Febre Amarela: 64,8% das crianças receberam a vacina no estado; no município, 60,75%. No entanto, a meta para essa vacina é de 100% de acordo com o Ministério da Saúde.

“Até 2015, a média de cobertura das principais vacinas indicadas ao público infantil esteve acima da meta. Nos anos seguintes, esse percentual vem decrescendo gradualmente em todo o país, inclusive no estado da Bahia e no município de Salvador”, destaca Ramon Saavedra, pesquisador do ISC/UFBA.

Segundo ele, os índices de coberturas vacinais refletem, direta ou indiretamente, a adesão da população ao programa regular de vacinação, a existência de pessoas vivendo sob risco de doenças imunopreveníveis, além da efetividade dos serviços.

“Esse monitoramento representa um importante instrumento de planejamento, análise e avaliação, e deve ser implementado de forma contínua no sentido de instrumentalizar a tomada de decisão nos diferentes níveis de gestão”, conclui.